

## **Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED)**

### **Esclarecimentos sobre a atuação da ANED e o projeto de lei que propõe regulamentação a educação domiciliar**

Tendo em vista as últimas tramitações sobre apreciação da Proposta de Regulamentação da Educação Domiciliar no Brasil, bem como afirmações inverídicas e acusações maldosas que algumas pessoas estão disseminando contra a ANED e seus representantes, promovendo divisões e prejudicando o movimento da educação domiciliar, faz-necessário, a favor da verdade e da sensatez, em respeito à todos aqueles que defendem a liberdade educacional, vir a público para fazermos os seguintes esclarecimentos:

1. O Projeto de Lei (PL) nº 3.179 foi apresentado pelo Deputado Federal Lincoln Portela em 2012 com objetivo de regulamentar a educação domiciliar no País. Desde então, esse PL passou por várias modificações e relatorias, além de terem sido apensados diversos outros PLs a ele.

2. Com a posse do atual Presidente da República, passamos a ter pela primeira vez, o apoio do governo federal, incluindo dois ministérios: o Ministério da Educação e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com os quais a ANED mantém contato permanente desde o final de 2018, já na transição de governo. Esse apoio, juntamente com a abertura à interlocução com as famílias, foi fundamental para que pela primeira vez um PL (de nº 2.401/2019) sobre educação domiciliar tivesse chances concretas de aprovação pela Câmara dos Deputados. Na verdade, os diversos projetos anteriormente apresentados sobre o tema nem chegaram a ser votados no plenário, nem mesmo em nenhuma comissão, em que pese todo o esforço histórico da ANED para isso acontecesse, sempre houve articulação da oposição contra a aprovação.

3. Desde, então, a ANED tem atuado incansavelmente em busca da aprovação mais rápida possível do Projeto de Lei, pedindo, inclusive, repetidas vezes que fosse editada até mesmo uma Medida Provisória. Campanhas de mobilização como as *hashtags* #EducaçãoDomiciliarDireitoJá e #HomeschoolingUrgente são fatos incontestes desse

clamor das famílias ecoado pela ANED. Após pedido formalizado pela ANED junto ao Palácio do Planalto, o Presidente da República enviou Pedido de Urgência à Câmara dos Deputados em julho de 2020, o que permite acelerar a tramitação e o Projeto de Lei ser votado diretamente no Plenário daquela Casa Legislativa. Porém, esse pedido ficou parado, sem apreciação, durante a gestão do ex-Presidente da Câmara.

4. Após a eleição do novo Presidente da Câmara, foi designada, também, a relatoria do referido PL, que após audiências públicas e debates passou a apresentar propostas de Substitutivo ao texto da regulamentação. Diante das versões são divulgadas, a ANED, de forma transparente e representativa, analisa e apresenta sugestões de alteração e melhoria do texto, disponíveis na página da associação, para que o direito das famílias seja garantido sem restrições ou impedimentos injustos.

5. Desde a última semana, diante da iminência de votação do Requerimento de Urgência e, conseqüentemente, do próprio Projeto de Lei, a ANED e vários outros apoiadores do Homeschooling se mobilizaram para reforçar tanto a necessidade de aprovação urgente da regulamentação, bem como de que o mérito e conteúdo da mesma seja o mais justo para as famílias

6. Assim, a ANED participou de vários encontros com autoridades e parlamentares para tratar da regulamentação (urgência da aprovação e mérito justo). No dia 14 de junho, segunda-feira, pela manhã, houve reunião do Ministério da Educação - MEC com a ANED e várias outras organizações que atuam em defesa das famílias e da liberdade educacional. Foi demonstrado total alinhamento entre as posições do MEC e as necessidades das famílias, representadas pela ANED.

7. Logo após, foi realizada reunião com a relatora, para entrega do manifesto de mais de 250 instituições de Ensino e mais de 500 acadêmicos e professores em apoio à educação domiciliar (<https://tutorclassico.com/>) e em favor da pauta de reivindicações da ANED para melhoria do texto da regulamentação. Por fim, a ANED promoveu um jantar com deputados federais para apresentar o histórico de atuação e a pauta da regulamentação.

8. Durante os dias seguintes, foram realizadas várias reuniões presenciais e contatos com parlamentares e assessorias na Câmara dos Deputados, conforme registros nas redes sociais, bem como, o acompanhamento das ações legislativas e dos acontecimentos que giraram em torno do pedido urgência: destacando-se as reuniões com o líderes parlamentares em busca da celeridade e garantia da liberdade educacional das famílias. Ressalte-se, mais uma vez, que em todos os encontros com parlamentares ou representantes do governo, a ANED tem, de forma transparente e democrática, apresentado o clamor das famílias para que a longa espera de mais de 27 anos de tramitação de projetos de lei chegue ao fim, e sempre oferecendo sugestões de melhoria ao texto da regulamentação conforme os documentos que estão publicados em nossa página na internet (<https://aned.org.br/index.php/conheca-educacao-domiciliar/aspectos-juridicos>).

9. Após os acontecimentos registrados entre parlamentares na última quarta-feira (16/06), o requerimento de urgência que estava pautado para ser votado naquele dia acabou não sendo apreciado, porém está mantido na pauta do Plenário e pode ser votado de acordo com deliberação dos próprios parlamentares. A ANED continua empenhada em sua atuação e mantém a interlocução com deputados e autoridades para a rápida aprovação de um texto que garanta a liberdade necessária para as famílias, com a responsabilidade que uma lei requer.

10. Enfim, a ANED ressalta que é hora de união de todas as famílias do País, cada uma a seu modo realizando a educação domiciliar (ser pai e mãe é ser, antes de tudo, um educador) para garantir a rápida promulgação de uma lei que atenda a seus anseios. Se Deus quiser, ainda seremos milhões de famílias educadoras, mas até lá, enquanto ainda somos relativamente poucos, precisamos estar juntos para vencer todas as forças que estão contra nós.

Somos como Neemias, reconstruindo os muros de segurança da liberdade educacional das famílias, precisamos nos concentrar no trabalho a ser feito, “é grande a obra” e não podemos gastar tempo, nem perder o foco com eventuais oposições ou provocações dos que não querem edificar em conjunto.

Com a graça de Deus e a união das famílias, teremos em breve o mais importante ato de libertação educacional do País e as famílias homeschoolers estarão nas portas dessa construção!

Brasília, 18 de junho de 2021

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR